



Eixo: Trabalho, Questão Social e Serviço Social

Sub-eixo: Transformações contemporâneas no mundo do trabalho e suas repercussões no trabalho profissional da e do assistente social

EDUCAÇÃO SUPERIOR EM TEMPOS DE CONTRARREVOLUÇÃO NEOLIBERAL

KATIA REGINA DE SOUZA LIMA¹

Resumo: O texto apresenta parte das reflexões realizadas em Grupo de Pesquisa vinculado a Programa de Pós-graduação em Serviço Social. Fundamentado em pesquisa bibliográfica e análise documental, examina as diferentes fases da contrarrevolução neoliberal no Brasil e a repercussão da política de ajuste fiscal permanente para pagamento dos juros e amortizações da dívida pública na Educação Superior. Considera que as ações em curso indicam o aprofundamento da precarização das universidades públicas, a ampliação da política de privatização da Educação Superior e o desmonte dos direitos conquistados pelos trabalhadores, resultando em uma nova etapa da luta de classes no país.

Palavras-chave: Contrarrevolução neoliberal; Ajuste Fiscal; Educação Superior.

Resumen: El texto presenta parte de las reflexiones realizadas en Grupo de Investigación vinculado al Programa de Postgrado en el Servicio Social. Fundamentado en investigación bibliográfica y análisis documental, examina las diferentes fases de la contrarrevolución neoliberal en Brasil y la repercusión de la política de ajuste fiscal permanente para el pago de los intereses y amortizaciones de la deuda pública en la Educación Superior. Considera que las acciones en curso indican la profundización de la precarización de las universidades públicas, la ampliación de la política de privatización de la Educación Superior y el desmonte de los derechos conquistados por los trabajadores, resultando en una nueva etapa de la lucha de clases en el país.

Palabras claves: Contrarrevolución neoliberal; Ajuste Fiscal; Educación Superior.

I) INTRODUÇÃO

O texto apresenta parte das reflexões, fundamentadas em pesquisa bibliográfica e análise documental, realizadas em Grupo de Pesquisa vinculado a Programa de Pós-graduação em Serviço Social, examinando o significado político e social das ações do Governo Federal em tempos de contrarrevolução neoliberal com vistas ao ajuste fiscal, ao pagamento dos juros e amortizações

¹ Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal Fluminense. E-mail: <katiaslima@globocom>

da dívida pública e a implicação desta política para a política de Educação Superior.

Em um primeiro momento, aborda as diferentes fases da contrarrevolução neoliberal no Brasil: a fase conduzida pelos governos petistas no período 2003/2016 caracterizado pela política de coalizão de classes e a fase da contrarrevolução neoliberal conduzida pelo governo Michel Temer (2016/em curso). Tal abordagem crítica estará ancorada na interlocução com a obra do saudoso intelectual militante Florestan Fernandes. A recuperação deste profícuo instrumental analítico nos auxilia a perceber os limites de um governo de coalizão de classes em um país marcado pelo caráter ultraconservador da sua burguesia nativa, como indicava Fernandes.

No item *Educação Superior na travessia de uma ponte*, analisa em que medida esta política de coalizão de classes viabilizou uma das mais intensas ofensivas conservadoras à classe trabalhadora conduzida pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro/PMDB, examinando três documentos: (i) *Uma ponte para o futuro*; (ii) Emenda Constitucional 95 promulgada em 15/12/2016, (Proposta de Emenda à Constituição/PEC dos Gastos Públicos 241, na Câmara Federal e 55, no Senado Federal) e (iii) *A Travessia Social - uma ponte para o futuro*.

Por fim, avalia o significado político e social do ajuste fiscal permanente na redução dos direitos sociais da classe trabalhadora, problematizando especialmente o seu resultado na reconfiguração da política de Educação Superior pelo aprofundamento da sua privatização e da precarização das universidades públicas.

II) CONTRARREVOLUÇÃO NEOLIBERAL NO BRASIL

A análise do desenvolvimento do capitalismo no Brasil deve considerar a forma de integração do país na economia internacional. Uma inserção subordinada aos interesses econômicos e políticos dos países imperialistas e, simultaneamente, articulada aos próprios interesses da burguesia brasileira em reproduzir, internamente, as relações de dominação ideológica e exploração econômica. Florestan Fernandes (1975, p. 108) analisando este

desenvolvimento, inscreve-o na configuração do padrão compósito de hegemonia burguesa nos seguintes termos:

Por isso tal padrão de hegemonia burguesa anima uma racionalidade extremamente conservadora, na qual prevalece o intento de proteger a ordem, a propriedade individual, a iniciativa privada, a livre empresa e a associação dependente, vistas como fins instrumentais para a perpetuação do superprivilegiamento econômico, sociocultural e político.

Esse padrão compósito de hegemonia faz com que a burguesia associe-se, historicamente, ao imperialismo e, simultaneamente, aos setores mais arcaicos da economia brasileira, operando o padrão dual de expropriação do excedente econômico, como afirma Fernandes (*idem*). Assim, a riqueza produzida coletivamente pelos trabalhadores, no Brasil, é repartida entre burguesia internacional e burguesia brasileira: duas faces de um mesmo projeto de dominação. Não devemos, portanto, entender a burguesia brasileira como uma burguesia “fraca”, mas que possui certo grau de autonomia relativa para negociar os termos da dependência estabelecida com os países imperialistas, pois esses necessitavam e necessitam, na atualidade, de parceiros fortes na periferia do capitalismo para consolidar o seu projeto hegemônico (SAMPAIO JR., 2001).

Esta composição política entre setores conservadores, acomodando, inclusive, os interesses mais arcaicos de determinadas frações de classe e a exclusão ou a busca do consenso passivo e/ou ativo dos trabalhadores não constituem fenômenos historicamente datados, mas são características inerentes à natureza das burguesias dos países capitalistas dependentes. Desta forma, como afirma Lima (2007), o padrão compósito de hegemonia burguesa é um traço constitutivo, estruturante da dominação de classe, atravessando nossa formação econômico-social e denotando o perfil ultraconservador da burguesia brasileira e suas ações antissociais e antinacionais de exploração crescente da força de trabalho; de exportação de parte do excedente econômico para os centros imperialistas, de privilegiamento da lucratividade do capital e de intensificação das desigualdades econômicas, políticas e sociais.

Neste quadro analítico, as crises sistemáticas do capitalismo, que constituem uma contradição insolúvel deste sistema, tornam a

contrarrevolução, concebida como um conjunto de ações políticas e econômicas realizadas pela burguesia para garantia da reprodução do projeto burguês de sociabilidade, um processo permanente, que ora se materializa em práticas ostensivamente repressivas e autoritárias, e ora se metamorfoseia e se recicla através de projetos de “democracia restrita” (FERNANDES, 1980), de acordo com as configurações históricas e espaciais da luta de classes. Em um país marcado por sua inserção capitalista dependente na economia mundial, pelo padrão compósito de hegemonia burguesa e pelo padrão dual de expropriação do excedente econômico, a contrarrevolução burguesa ganha contornos bastante definidos.

Recuperando as análises de Florestan Fernandes (1975^a, p. 362) podemos identificar a contrarrevolução burguesa no Brasil de duas formas: “a quente” e “a frio”. A primeira expressa uma ação violenta, associada ao regime burguês-militar e ao Estado autocrático burguês. A segunda forma de identificação da contrarrevolução burguesa está articulada com a existência de “fases seguras e construtivas da contrarrevolução” (FERNANDES, 1975^a, p.347).

As ações contrarrevolucionárias “a frio” demonstram a capacidade da burguesia brasileira de alargamento da participação política dos trabalhadores, sem colocar em risco a essência da exploração/dominação capitalista. Para a realização das ações contrarrevolucionárias “a frio”, a burguesia brasileira adotou uma estratégia de contrarrevolução preventiva e prolongada na qual três aspectos foram fundamentais: (i) estabelecer um pacto de dominação entre as frações da burguesia, em sua dupla face: brasileira e internacional; (ii) construir alianças com a burocracia sindical e partidária da classe trabalhadora e (iii) limitar as lutas dos trabalhadores à ação constitucional e parlamentar, estimulando o aburguesamento das suas burocracias sindicais e partidárias, operando uma metamorfose na consciência de classe.

As análises de Florestan Fernandes demonstram, portanto, que a contrarrevolução “a frio” estava em curso no período 2003/2016, indicando novas configurações na luta de classes e evidenciando a capacidade do projeto burguês de sociabilidade em apresentar “o velho sob a aparência do novo”, pois, “basta incorporar um setor mais amplo da vanguarda operária e das

burocracias sindicais ou partidárias do proletariado às classes médias, para convertê-los em burgueses e em *cavaleiros andantes da democracia burguesa*” (FERNANDES, 1991, p.82/83, grifos nossos).

O processo de “reciclagem do modelo neoliberal” (SAMPAIO JR., 2017, p.52) operado no período acima indicado pode ser observado desde o início do governo Lula da Silva, pois,

Sem coragem para enfrentar os interesses externos e internos que sustentam a ordem estabelecida, o governo do PT converteu-se no contrário do que se esperava e, sem pruridos ideológicos, optou pela continuidade do ajuste ortodoxo, aceitando docilmente a tutela do mercado financeiro e dos organismos financeiros internacionais sobre a política econômica. O cerne desta estratégia consiste em recuperar a confiança do capital internacional, condição *sine qua non*, no discurso oficial, para viabilizar a reciclagem das dívidas externa e interna e, assim, evitar o encilhamento financeiro do país. Os vetores fundamentais que organizam a agenda econômica do país – a prioridade absoluta dada à estabilidade da inflação na condução da política econômica e cambial, a busca de superávits comerciais crescentes para cobrir os compromissos com a dívida externa, o ajuste fiscal permanente para honrar os compromissos da dívida pública, a abertura de grandes negócios para o grande capital e o ataque sistemático aos direitos dos trabalhadores – revelam de maneira cristalina a lógica predatória, de caráter rentista e mercantil, que preside a ação da política econômica.

A política de coalizão de classes adquire, portanto, um caráter específico: é a manifestação da contrarrevolução preventiva e prolongada no Brasil no período de 2003/2016. Este desdobramento do processo contrarrevolucionário foi possível na medida em que a burguesia brasileira combinou repressão com ampliação da participação política da classe trabalhadora, porém, uma ampliação nos limites de uma igualdade jurídica e política formal que conviveu com as desigualdades socioeconômicas (DIAS, 2004). Uma ampliação restrita e conduzida pelas lideranças sindicais e partidárias da classe trabalhadora organizadas no Partido dos Trabalhadores/PT (de Lula da Silva a Dilma Rousseff) em associação, no período de 2003 a 2005 com o Partido Liberal/PL (José Alencar, vice-presidente da República); de 2005 a 2010 com o Partido Republicano Brasileiro/PRB (também com José Alencar como vice-presidente da República) e de 2011 a 2016, com o Partido do Movimento Democrático Brasileiro/PMDB (Michel Temer, vice-presidente da República).

O tributo colonial da dívida pública e a lógica do ajuste fiscal permanente constituem-se nas principais ações da contrarrevolução neoliberal conduzida

pelo Governo Federal no período 2003/2016, materializando o padrão compósito de hegemonia burguesa e o padrão dual de expropriação do excedente econômico historicamente vigente no Brasil. Ambos (tributo colonial e ajuste permanente) mantiveram-se durante todo o período contrarrevolucionário conduzido pelo governo de coalizão de classes (2003/2016), demonstrando que o projeto em curso não indicava qualquer ruptura com a histórica inserção capitalista dependente do Brasil na economia mundial e com a heteronomia cultural a ele associada, como indicam as tabelas abaixo.

Tabela 1 - Relação entre o gasto público com o serviço da dívida e o gasto público com as áreas sociais no período 2003/2005

Ano	Gasto público com o serviço da dívida	Gasto público com as áreas sociais (Saúde, Educação, Assistência Social, Agricultura, Segurança Pública, Cultura, Urbanismo, Habitação, Saneamento, Gestão Ambiental, Ciência e Tecnologia, Organização Agrária, Energia e Transporte)
2003	R\$ 132.491.140	R\$70. 802.49
2004	R\$ 124.119.549	R\$ 65.249.035
2005	R\$139 bilhões	R\$ 99 bilhões

Tabela elaborada pela autora com base nos Boletins da Auditoria Cidadã da Dívida disponíveis em <http://www.divida-auditoriacidada.org.br/> Acesso em 20 de julho de 2016.

A mesma política de privilegiamento do pagamento dos juros e amortizações da dívida pública pode ser identificada na tabela abaixo com os dados relativos ao período 2006/2017.

Tabela 2 – Percentual do Orçamento Geral da União/OGU gasto com os juros e amortizações da dívida pública em comparação com os percentuais do OGU gastos com as áreas da Saúde, Educação e Assistência Social no período 2006/2017

Ano	Percentual do orçamento geral da União gasto com os juros e amortizações da dívida pública	Percentual do orçamento geral da União gasto com a área da Saúde	Percentual do orçamento geral da União gasto com a área da Educação	Percentual do orçamento geral da União gasto com a área da Assistência Social
2006	40%	4,72%	1,96%	2,64%
2007	32,36%	4,95%	2,14%	3,09%
2008	30,57%	4,81%	2,57%	3,08%
2009	35,57%	4,62%	2,88%	3,09%
2010	44,93%	3,91%	2,89%	2,74%

2011	45,05%	4,07%	2,99%	2,85%
2012	43,98%	4,17%	3,34%	3,15%
2013	40,30%	4,29%	3,70%	3,41%
2014	45,11%	3,98%	3,73%	3,08%
2015	42,43%	4,14%	3,91%	3,05%
2016	43,94%	3,90%	3,70%	3,02%
2017	39,70%	4,14%	4,10%	3,35%

Tabela elaborada pela autora com base nos Documentos da Auditoria Cidadã da Dívida disponíveis em <http://www.divida-auditoriacidada.org.br/> e <http://www.auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2012/08/Informativo-agosto-2011.pdf> Acesso em: 05 de jul 2018.

No contexto interno de crise econômica e política, como expressão da crise mais ampla do capitalismo acirrada na segunda metade de 2008², o Governo Federal, apesar de manter a política de concessão ao capital, tendo como pauta central o ajuste fiscal, e operando um misto de criminalização das lutas sociais e fragmentação e desmobilização dos trabalhadores³, encontrou-se pressionado por novas disputas, marcado, também, pelo aumento da efervescência social no ano de 2013.

Polarizado entre o grande capital, que exige maior austeridade na política econômica para estabilizar o Real ameaçado pelo risco de fuga de capitais, e as manifestações multitudinárias da juventude brasileira, que reivindicavam completa inversão na política econômica, o governo do PT vê esvair-se seu papel estratégico como apaziguador da luta de classes. O prazo de validade do pacto de poder que levou o PT ao poder está vencido (SAMPAIO JR., 2017, p. 180).

Em meados do ano de 2016, o esgotamento de uma fase da contrarrevolução neoliberal estava anunciado. As frações da burguesia brasileira conduzidas especialmente pelas empreiteiras e pelo agronegócio e comandadas pelo capital financeiro operaram a forma clássica de enfrentamento do capital às crises: o impeachment (instrumento jurídico previsto na Constituição Federal) tornou-se um golpe conduzido sem qualquer prova material. A crise política instaurada pelo término de uma fase da contrarrevolução preventiva e prolongada não se deu pelo fato do governo de coalizão ter ampliado direitos para os trabalhadores, mas pelo próprio

² Sobre a especificidade da crise econômica mundial e sua intensificação no ano de 2008, consultar SAMPAIO Jr. (2017), especialmente os capítulos: 9 (Crise e barbárie), 10 (O movimento da crise) e 11 (Metástase da crise e aprofundamento da reversão neocolonial).

³ A Lei Antiterrorismo (13.260/2016) é uma das referências mais evidentes das ações de criminalização dos movimentos sociais no período 2011/2016.

esgotamento da política de aparente conciliação dos inconciliáveis interesses de classes. Tratava-se, neste momento, de “definir quem seria o operador político mais credenciado para administrar o ajuste do Brasil às novas exigências do capital, internacional e nacional, em tempos de crise” (SAMPAIO JR., 2017, p. 245).

A política de coalizão de classes abriu as portas da antessala para a ofensiva ultraconservadora, que busca restaurar, de forma mais profunda e ágil, a sua pauta de ação política, e, assim, garantir o enfrentamento da queda das taxas de lucro. Estas frações não necessitam mais das negociações conduzidas na fase anterior da contrarrevolução: cooptação das lideranças da classe trabalhadora e seu aburguesamento. Elas evidenciam toda a natureza antinacional, antissocial e antidemocrática da burguesia brasileira, reconduzindo as bases do “capitalismo selvagem” em sua mais pura expressão (FERNANDES, 1995, p. 141).

Se no período 2003/2016 vivenciamos um processo contrarrevolucionário conduzido pela política de coalizão de classes, a partir do ano de 2016, o Brasil entra em uma nova fase da contrarrevolução preventiva e prolongada, conduzida pelas frações mais agressivas e conservadoras da burguesia, em sua luta por seus interesses particularistas, sob a direção do Partido do Movimento Democrático Brasileiro/PMDB.

Realizaremos, nos limites deste trabalho, o exame de três documentos centrais do Governo Federal que apresentam o ajuste fiscal, o pagamento dos juros e amortizações da dívida pública e a redução do financiamento público das políticas públicas como eixos condutores: *Uma ponte para o futuro*; Emenda Constitucional 95, promulgada em 15/12/2016, (PEC dos Gastos Públicos 241, na Câmara Federal e 55, no Senado Federal) e *A Travessia Social – uma ponte para o futuro*. A partir do exame destes documentos, indicaremos algumas reflexões sobre as alterações na política de Educação Superior.

III) EDUCAÇÃO SUPERIOR NA TRAVESSIA DE UMA PONTE

Um primeiro destaque precisa ser considerado no exame da contrarreforma do Estado e da Educação Superior na atualidade. A análise das tabelas acima indicadas demonstrou que a prioridade com o pagamento dos juros e amortizações da dívida pública em detrimento do financiamento público das áreas sociais, especialmente Saúde, Educação e Assistência Social não são novidades da atual fase da contrarrevolução burguesa instalada em 31 de Agosto de 2016, dia da posse do atual Presidente da República, Michel Temer. O tripé ajuste fiscal; pagamento dos juros e amortizações da dívida pública e reconfiguração do financiamento público das políticas públicas, entre estas, a Educação Superior, é um eixo estruturante da pauta de ação política do neoliberalismo no Brasil e no mundo.

A variação entre as duas fases da contrarrevolução neoliberal no Brasil (2003/2016 e 2016/em curso) está na calibragem desta pauta. Com o impeachment e a quebra da pactuação entre as diferentes frações da burguesia e as lideranças sindicais e partidárias da classe trabalhadora convertidas à ordem burguesa (IASI, 2006), o novo bloco no poder busca restaurar, de forma mais profunda e ágil, a sua pauta de ação política e, assim, garantir o enfrentamento da queda das taxas de lucro, mantendo a política de autoprivilegiamento historicamente vigente no país. Não se tratava, como ainda não se trata, de uma disputa entre projetos antagônicos de sociabilidade, mas das disputas entre frações da classe burguesa pela ocupação do poder para garantia de seus interesses econômicos e políticos.

É neste contexto que está inscrito o documento intitulado *Uma Ponte para o Futuro*, elaborado pela Fundação Ulisses Guimarães, do PMDB e divulgado em Outubro de 2015. O documento é apresentado como um programa que se destina ao desenvolvimento da economia brasileira pelo enfrentamento da crise fiscal gerada pelas despesas públicas e pela paralisação dos investimentos produtivos. Considera que o papel do Estado é “... distribuir os incentivos corretos para a iniciativa privada e administrar de modo racional e equilibrado os conflitos distributivos que proliferam no interior de qualquer sociedade” (FUNDAÇÃO ULISSES GUIMARÃES/PMDB, 2015, p.4). O Estado é concebido, portanto, como incentivador da iniciativa privada e condutor do ajuste fiscal, pois, segundo o referido documento, “sem um ajuste

de caráter permanente que sinalize um equilíbrio duradouro das contas públicas, a economia não vai retomar seu crescimento e a crise deve se agravar ainda mais” (Idem, p. 5).

O documento critica as “despesas públicas” aprovadas com a Constituição Federal de 1988, especialmente as “despesas obrigatórias” ou “vinculações constitucionais” e os benefícios previdenciários. Neste sentido, o texto enuncia a pauta política do atual governo: (i) o aprofundamento da política de pagamento dos juros e amortizações da dívida pública, em detrimento do financiamento público das políticas públicas; (ii) as desvinculações das receitas da União, especialmente dos gastos com saúde e educação públicas e (iii) a contrarreforma da Previdência Social.

Para garantir o ajuste fiscal defende a autonomia na organização do orçamento anual da União, isto é, “acabar com as vinculações constitucionais estabelecidas, como no caso dos gastos com saúde e com educação (...)” (Idem, p.9) e o fim dos reajustes automáticos, seja para salários ou para benefícios previdenciários, ou seja, a eliminação da indexação de qualquer benefício ao valor do salário mínimo, defendendo a necessidade de “(...) ampliar a idade mínima para a aposentadoria, de sorte que as pessoas passem mais tempo de suas vidas trabalhando e contribuindo, e menos tempo aposentados” (Idem, p. 11).

Este conjunto de ações na destinação das verbas públicas está associado, segundo o programa de governo, à importância do Estado para criar um ambiente econômico favorável para o setor privado, isto é, “um novo ciclo de crescimento [que] deverá apoiar-se no investimento privado e nos ganhos de competitividade do setor externo, tanto do agronegócio, quanto do setor industrial” (Idem, p. 17). A atuação do Estado deverá orientar-se, segundo o programa, por ações que priorizem a privatização de áreas estratégicas do país, áreas de interesse do setor privado; a redução de tarifas para esse setor e o estabelecimento de parcerias público-privadas, complementando a oferta de serviços públicos. As políticas apresentadas no documento *Uma Ponte para o Futuro*, divulgado em Outubro de 2015, serão materializadas pela aprovação pelo Senado Federal, em 13/12/2016, da Proposta de Emenda à Constituição

55 (PEC dos Gastos Públicos), atual Emenda Constitucional 95 e pelo documento intitulado *A Travessia Social - uma ponte para o futuro*.

A Emenda Constitucional/EC 95 foi promulgada depois de tramitar, na Câmara, como Proposta de Emenda à Constituição/PEC 241 e, no Senado, como PEC 55. A EC 95/2016 institui o novo regime fiscal, limitando os gastos públicos por vinte exercícios financeiros, ou seja, por vinte anos. Tal regime fiscal implica no congelamento dos investimentos públicos nas políticas públicas, na medida em que revoga a vinculação das despesas com saúde e educação aos percentuais da receita líquida da União. Disso resulta que os investimentos em saúde e educação terão, em termos reais, os mesmos valores de 2017, desconsiderando o crescimento da população brasileira e as demandas sociais pela ampliação do acesso à saúde e à educação públicas. Além do congelamento na alocação das verbas públicas para as políticas públicas, a EC 95/2016 congela os reajustes salariais de funcionários públicos e a realização de concursos públicos. Apesar das lutas da classe trabalhadora contra a aprovação da “PEC do fim do mundo”, a mesma foi promulgada, como EC 95 em 15/12/2016.

Na mesma direção política, o documento intitulado *Travessia Social – uma ponte para o futuro*, elaborado pela Fundação Ulysses Guimarães, do PMDB foi divulgado em 2016, apresentando a proposta do Governo Federal para os programas sociais. A leitura atenta do documento revela que a manutenção do padrão dependente de desenvolvimento associado ao padrão dual de expropriação do excedente econômico e ao padrão compósito de hegemonia burguesa está expressa na concepção do papel do Brasil na economia mundial como exportador de *commodities* minerais e agrícolas, e do Estado como condutor do arcabouço jurídico que opera a contrarreforma trabalhista e a revisão do sistema tributário, de forma a estimular o setor industrial, atendendo, assim, parceiros internacionais e locais.

Neste quadro político e econômico, o documento considera que o país vive dois círculos viciosos: o primeiro diz respeito ao equilíbrio fiscal e o segundo trata da relação entre situação fiscal e políticas sociais. A defesa da política de ajuste fiscal, para garantia do pagamento da dívida pública, e de congelamento no financiamento público das políticas públicas é associada à

defesa de focalização das políticas sociais para atendimento dos “mais vulneráveis”, os mais pobres. Não se trata, contudo, da defesa de políticas de transferência de renda, pois, “a maior parte do progresso social que experimentamos nas duas últimas décadas decorreu mais do crescimento da economia e das rendas do trabalho, e menos das políticas de transferência de renda” (FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES/PMDB, 2016, p. 9).

Para o enfrentamento dos dois círculos viciosos, o documento propõe três ações articuladas: “buscar o equilíbrio fiscal, retomar o crescimento e ampliar as boas políticas sociais” (FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES/PMDB, 2016, p.6), isto é, o corte na alocação de verbas públicas para as áreas sociais e o favorecimento da movimentação do setor privado nas áreas de maior lucratividade, inclusive a Educação constituem a fundamentação da pauta de ação política do governo Michel Temer.

O fortalecimento do setor privado pelo empresariamento das políticas sociais é concebido como ação fundamental, assim, o documento defende “as concessões de infraestrutura e a criação de bens de alto benefício social por meio de arranjos institucionais público-privados, nas áreas de habitação popular, de saneamento e transporte urbano” (Idem, p.8). Evidencia-se, assim, uma nova fase na contrarreforma do Estado brasileiro, a partir de um movimento de continuidades e novidades em relação à contrarreforma do Estado conduzida pelos governos Collor, Cardoso, Lula da Silva e Rousseff, pois,

O governo estará empenhado na criação e na melhoria dos bens públicos à disposição da população, em especial das populações mais pobres, mas não será mais seu provedor direto, para poder concentrar-se em saúde, educação, segurança pública e proteção social, que são bens públicos que o mercado tem dificuldades de prover (...) O Estado deve transferir para o setor privado tudo o que for possível em matéria de infraestrutura (...) É necessário um novo começo nas relações do Estado com as empresas privadas que lhe prestam serviços e que são muito importantes para a economia do país (Idem, p.8 e 17).

A análise dos três documentos acima indicados evidencia a natureza das burguesias dos países capitalistas dependentes e os novos contornos da luta de classes no Brasil na atual fase da contrarrevolução neoliberal, denotando o perfil ultraconservador da burguesia brasileira e suas ações antissociais e antinacionais de exploração crescente da força de trabalho; de

exportação de parte do excedente econômico para os centros imperialistas, de privilegiamento dos setores privados e de intensificação das desigualdades econômicas, políticas e sociais. Tal análise afirma a relevância e atualidade das abordagens de Fernandes quando afirma que “a burguesia de uma sociedade capitalista subdesenvolvida concentra o melhor de suas energias, de seu talento e de sua capacidade criadora na luta por sua sobrevivência econômica” (FERNANDES, 1968, p.90).

É neste quadro mais amplo de profundas alterações orientadas pela articulação entre ajuste fiscal, pagamento dos juros e amortizações da dívida pública e ataque aos direitos sociais que está inscrita a contrarreforma da Educação Superior.

A privatização da Educação Superior conduzida historicamente no Brasil, especialmente em tempos neoliberais, não foi alterada nos governos petistas (2003-2016), conforme demonstram os dados do Censo da Educação Superior. No ano de 2010, último ano do governo Lula da Silva, do total de 2.377 instituições de ensino superior/IES, 278 eram públicas e 2.099 eram IES privadas. Em relação ao número de matrículas de graduação, do total de 6.379.299 estudantes matriculados, 1.643.298 cursavam graduação em IES públicas, enquanto, 4.376.001 estavam matriculados em instituições privadas (INEP, 2011).

No mesmo período (2003-2010) ações como o Programa Universidade para Todos/ProUni (Lei 11.096/2005) e, especialmente, o Fundo de Financiamento Estudantil/FIES (Lei 10.260/2001) tiveram centralidade no desenvolvimento do setor privado de Educação Superior, em sua dupla face: privatizante e mercantilizadora, isto é, tais ações operaram o aprofundamento da privatização, concebida como o avanço da participação do setor privado no total de matrículas e de instituições de ensino superior, bem como a mercantilização que diz respeito especificamente à ampliação de instituições com fins lucrativos em nosso país.

Leher (2010, p. 382) analisa como o ProUni materializa as diretrizes dos organismos internacionais do capital, especialmente Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial, e do Ministério da Fazenda, destacando que “o ProUni é um programa de compra de vagas nas instituições privadas por meio

da pior forma de uso das verbas públicas, as isenções tributárias, justo a mais opaca ao controle social”. Para os jovens trabalhadores, o ProUni representou a acesso à Educação Superior, mas tal acesso ocorreu (e ainda ocorre) em instituições privadas não universitárias, destituídas da política de pesquisa e produção crítica e criativa do conhecimento.

Para os empresários da educação, entretanto, o programa representou (e ainda representa) uma importante ação de enfrentamento da crise de inadimplência no pagamento das mensalidades pela isenção de um conjunto de tributos: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins); Contribuição para o PIS/PASEP; Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ).

A partir do mesmo quadro de fundamentação teórica, Queiroz (2015) analisa como o FIES respondeu às demandas do setor privado de Educação Superior por formas diferenciadas de financiamento criadas e/ou alteradas contando com a efetiva participação do fundo público. A autora destaca o conjunto de alterações realizadas no período 2003/2010 no referido fundo de financiamento e que tais mudanças intensificaram-se com a promulgação da Lei nº 12.202/2010 que facilitou a expansão de matrículas no setor privado, criando regras para integrá-lo ao PROUNI com o efeito de reforçar ambos os programas.

No período 2011-2016 a lógica privatizante da Educação Superior foi mantida como demonstra o exame do Censo da Educação Superior de 2016. Do total de 2.407 IES, 296 eram públicas e 2.111 eram IES privadas. Entre as IES privadas, 88,4% era formado por faculdades isoladas. Em relação ao número de matrículas de graduação, “as IES privadas têm uma participação de 75,3% (6.058.623) no total de matrículas de graduação. A rede pública, portanto, participa com 24,7% (1.990.078)” (INEP, 2016, p. 5).

A política de fortalecimento do setor privado, considerando o aumento significativo de IES privadas no referido período foi conduzida, inclusive, pelas alterações no FIES, especialmente a Lei nº 12.513/11, que incluiu a possibilidade de financiamento a estudantes da educação profissional e tecnológica, em caráter individual ou coletivo, através das empresas. Tais alterações na legislação operaram a criação de duas novas modalidades: o

FIES Técnico e o FIES Empresa. Analisando os recursos públicos alocados na Lei Orçamentária Anual (LOA), Queiroz (2015, p.52) afirma que:

A LOA, em 2013, antevia destinar R\$ 1.644.604.823,00 (um bilhão, seiscentos e quarenta e quatro milhões, seiscentos e quatro mil, oitocentos e vinte e três reais) ao FIES. Porém, o governo Dilma direcionou R\$ 5.596.506.179,43 (cinco bilhões, quinhentos e noventa e seis milhões, quinhentos e seis mil, cento e setenta e nove reais e quarenta e três centavos), atingindo a verba estipulada em 340,29% acima do previsto.

O fortalecimento do setor privado como diretriz geral para a política de Educação Superior foi mantido na Lei 13.005/2014 que aprovou o Plano Nacional de Educação 2014/2024. A análise das metas e estratégias da referida Lei evidencia um movimento de continuidades e aprofundamentos dos eixos fundantes da política de Educação vigente nos governos petistas. Em relação à Educação Superior, as metas 12, 13 e 14 tratam, respectivamente, da elevação da taxa de matrícula neste nível de ensino, da qualificação do corpo docente e da elevação do número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado). As estratégias para alcançar as metas do PNE estão relacionadas com as metas de expansão e reestruturação político-pedagógica do Programa REUNI; a expansão do FIES, para a graduação e a pós-graduação *stricto sensu*, inclusive a distância; o aperfeiçoamento do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes); e a ampliação do Ensino a Distância/ EAD através da Universidade Aberta do Brasil/UAB (LIMA, 2015; COLEMARX, 2016 e MINTO, 2018).

O PNE 2014/2024 opera a consolidação do FIES por sua ampliação para a graduação presencial e a distância e a pós-graduação *stricto sensu*, em consonância com a Portaria Normativa nº 15, de 1º de julho de 2014, que expandiu o FIES para os cursos de mestrado, mestrado profissional e doutorado recomendados pela CAPES. Além destes aspectos, a Meta 20, que trata da ampliação do investimento público em educação, indica que o patamar de 10% do PIB deverá ser atingido em 10 anos. Quando analisamos o conteúdo desta Meta articulado com a indicação do FIES como fonte de financiamento da educação superior, evidencia-se de que forma o PNE privilegia os subsídios para o setor privado da educação, pois a estratégia 12.6 objetiva expandir o financiamento estudantil por meio do FIES, de que trata a Lei no 10.260/01, com a constituição de fundo garantidor do financiamento, de

forma a dispensar progressivamente a exigência de fiador, e a estratégia 12.20 propõe ampliar, no âmbito do FIES e do Prouni, de que trata a Lei no 11.096/05, os benefícios destinados à concessão de financiamento a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores privados presenciais ou a distância.

A lógica privatizante e mercantilizadora que caracterizou o período 2003/2016 será aprofundada e ampliada no governo Michel Temer. Como afirmamos anteriormente, o tripé ajuste fiscal, pagamento dos juros e amortizações da dívida pública e diminuição da alocação da verba pública para o financiamento das políticas públicas, entre estas a Educação Superior, constituirá o eixo condutor da contrarreforma em curso. Segundo informações da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior/ANDIFES (2017)

o orçamento de 2017 já representou corte significativo em relação ao de 2016 (6,74% nominal na matriz de custeio, 10% no programa de expansão Reuni, 40,1% em capital, 3,15% do Programa Nacional de Assistência Estudantil e mais 6,28% de inflação no período) e o orçamento para 2018 mantém os valores da matriz de 2017, reduz o Reuni em aproximadamente 11% e não recompõe a inflação do período, além de desconsiderar a expansão do sistema.

Os problemas orçamentários e financeiros das instituições federais de ensino superior aumentam a cada ano como resultado da política de ajuste fiscal permanente. Se projetarmos as reduções de verba pública para financiamento da Educação Superior pública nos próximos vinte anos, como preconiza a EC 95/2016, as perspectivas de agravamento da situação são ainda maiores. O outro lado da política de aprofundamento da privatização e da mercantilização da Educação Superior evidencia-se na instituição do “Novo FIES” pela Medida Provisória nº 785/2017, que dividiu o programa em modalidades, extinguindo o período de carências e obrigando os estudantes a começarem a pagar imediatamente após a conclusão do curso, bem como, abriu a possibilidade para financiamento pelos bancos privados, garantindo, assim, ao capital uma lucrativa movimentação no promissor “mercado educacional”.

IV) CONSIDERAÇÕES FINAIS

A contrarrevolução burguesa realiza ações sistemáticas de reorganização de suas ofensivas para enfrentar as crises do próprio capitalismo e conformar mentes e corações ao projeto burguês de sociabilidade. Se no período 2003/2016 vivenciamos um processo contrarrevolucionário marcado pela política de coalizão de classes, a partir do ano de 2016, o Brasil entra em uma nova fase da contrarrevolução preventiva e prolongada, conduzida pelas frações mais agressivas e conservadoras da burguesia em sua luta mais ágil e direta em defesa de seus interesses econômicos e políticos. Nesta luta, uma das suas principais ações é, justamente, o ataque virulento aos direitos da classe trabalhadora, entre estes, a Educação e, particularmente, a Educação Superior.

Cabe aos setores classistas e combativos da classe trabalhadora a tarefa de reorganização da classe; de crítica às políticas de conciliação, cooptação e apassivamento das lutas; de reafirmação da atualidade das ações políticas contra a expropriação econômica e a destruição dos direitos historicamente conquistados pelos trabalhadores, em defesa da Educação Pública e Gratuita.

REFERÊNCIAS

ANDIFES. **Nota à Sociedade** (28 de Agosto de 2017). Disponível em <<http://www.andifes.org.br/52515-2/>>. Acesso em: 7 jun. 2018

AUDITORIA Cidadã da Dívida. **Boletins da Dívida**. Disponível em <<http://www.divida-auditoriacidada.org.br/>> Acesso em: 20 de jun 2018.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. CASA CIVIL. **Emenda**

Constitucional 95 de 15 de Dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm>
Acesso em: 07 mar. 2017.

COLEMARX/Coletivo de Estudos em Marxismo e Educação. **PNE – Plano Nacional de Educação 2014-2024**. Novos elementos de pesquisa e de crítica. Disponível em <http://www.colemarx.com.br/wp-content/uploads/2016/12/PNE_2014_2024_V_final.pdf >. Acesso em: 7 jul. 2018.

DIAS, E. F. Traição ou lógica? Disponível em:
<<http://www.andes.org.br/imprensa/publicacoes/imp-pub-1002280985.pdf>>
Acesso em: 7 jun. 2018

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. RJ: Zahar, 1968.

_____. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1975a.

_____. **A Revolução Burguesa no Brasil**. Ensaio de interpretação sociológica. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975b.

_____. **Brasil: em compasso de espera**. Pequenos escritos políticos. São Paulo: HUCITEC, 1980.

_____. **O PT em movimento**: contribuição ao I Congresso do Partido dos Trabalhadores. SP: Autores Associados, 1991. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, 43).

FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES/ PARTIDO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO/PMDB. Uma Ponte para o Futuro. 2015. Disponível em: <http://pmdb.org.br/wp-content/uploads/2015/10/RELEASE-TEMER_A4-28.10.15-Online.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2017.

_____. **A Travessia Social** – Uma Ponte para o Futuro. 2016. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/complemento/pdf/TRAVESSIA%20SOCIAL%20-%20PMDB_LIVRETO_PNTE_PARA_O_FUTURO.pdf> Acesso em: 07 Mar 2017.

IASI, Mauro Luis. **As metamorfoses da consciência de classe**: o PT entre a negação e o consentimento. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EM EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA/INEP. **Censo da Educação Superior 2010**. Divulgação dos Principais Resultados do Censo da Educação Superior 2010. Brasília, DF: INEP/MEC, Outubro de 2011. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2010/divulgacao_censo_2010.pdf> Acesso em: 5 julho 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EM EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA/INEP. Censo da Educação Superior 2016. Notas Estatísticas do Censo da Educação Superior 2016. Brasília, DF: INEP/MEC, 2017. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2016/notas_sobre_o_censo_da_educacao_superior_2016.pdf> Acesso em: 5 Julho 2018.

LEHER, R. **Educação no Governo Lula da Silva**: a ruptura que não aconteceu. In Os Anos Lula. Contribuições para um Balanço Crítico 2003-2010. Rio de Janeiro: GARAMOND, 2010.

LIMA, Kátia. **Contra-Reforma da Educação Superior**: de FHC a Lula. São Paulo: Xamã, 2007.

_____. **Plano Nacional de Educação 2014-2024**: nova fase do privatismo e da certificação em larga escala. Universidade e Sociedade, Brasília: ANDES, n. 55, p. 32- 43, fev. 2015.

MINTO, L. **Educação superior no PNE (2014-2024)**: apontamentos sobre as relações público-privadas. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v23/1809-449X-rbedu-23-e230011.pdf>> Acesso em: 7 jul. 2018

QUEIROZ, Viviane. **Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)**: uma nova versão do CREDUC. Revista Universidade e Sociedade. ANDES/SN. n. 55. Brasília: 2015. Disponível em
<<http://www.andes.org.br/imprensa/publicacoes/imp-pub-1095164128.pdf>> Acesso em: 5 Julho 2018.

SAMPAIO JR., P. A. **A natureza da burguesia brasileira em Florestan Fernandes**. Disponível em
<http://www.fau.usp.br/docentes/deprojeto/c_deak/CD/3publ/01dossiebrasil/bib/sam1-brg/index.html> Acesso em: 7 jun. 2018

_____. Crônica de uma Crise Anunciada. São Paulo: Amarante Editorial, 2017.